

O serviço de acolhimento do Lar Santa Rita e o Centro de Educação Infantil: entre educação e assistencialismo (1996-2003)

The sheltering service of Lar Santa Rita and the child education center: between education and welfare (1996-2003)

El servicio de acogida en Lar Santa Rita y el Centro de Educación Infantil: entre la educación y la asistencia (1996-2003)

Marta Ramires Souza¹
Vanessa Kusminski²

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa exploratória que teve como objetivo investigar a criação do Centro de Educação Infantil Santa Rita, localizado em Dourados, Mato Grosso do Sul. A pergunta que norteou a pesquisa foi: como se deu a transição do atendimento antes exclusivamente assistencialista para o educacional na Instituição? Para responder a essa indagação, foi realizada análise de documentos oficiais, atas de reuniões administrativas e cópias de jornais da época, disponibilizados pela Instituição, que se encontra em funcionamento até o presente. Concluímos que a transição do atendimento se deu na busca do Lar por uma parceria formal para oferecer atendimento educacional às crianças, a partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

Palavras-chave: CEI-Santa Rita. Dourados. Mato Grosso do Sul. Centro-Oeste. História da Educação.

Abstract: This article presents the results of an exploratory research aimed at investigating the establishment of the Santa Rita Child Education Center, located in Dourados, Mato Grosso do Sul. The research was guided by the question: how did the transition from exclusively assistentialist care to educational care occur in the institution? To answer this question, an analysis was conducted on official documents, minutes of administrative meetings, and newspaper copies from the time, provided by the institution, which is still in operation. We concluded that the transition in care occurred through the institution's search for a formal partnership to offer educational services to children, following the implementation of the Law of Guidelines and Bases of National Education, 1996.

Keywords: CEI-Santa Rita. Dourados. Mato Grosso do Sul. Midwest. History of Education.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). <https://orcid.org/0009-0007-1176-3846>. E-mail: martaaramires.mr@gmail.com

² Mestra em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). <https://orcid.org/0000-0001-6419-0999>. E-mail: vanessakusminski1@gmail.com



Resumen: Este artículo presenta los resultados de una investigación exploratoria que tuvo como objetivo investigar la creación del Centro de Educación Infantil Santa Rita, ubicado en Dourados, Mato Grosso do Sul. La pregunta que guió la investigación fue: ¿cómo se dio la transición de la atención antes exclusivamente asistencialista a la educativa en la institución? Para responder a esta pregunta, se realizó un análisis de documentos oficiales, actas de reuniones administrativas y copias de periódicos de la época, proporcionados por la institución, que sigue en funcionamiento hasta la fecha. Concluimos que la transición en la atención se dio a través de una búsqueda de la Institución por una asociación formal para ofrecer atención educativa a los niños, a partir de la implementación de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional de 1996.

Palabras-clave: CEI-Santa Rita. Dourados. Mato Grosso do Sul. Centro-Oeste. Historia de la Educación.

Submetido 15/07/2024

Aceito 09/12/2024

Publicado 06/01/2025

Considerações Iniciais

Diversas práticas influenciaram o surgimento das instituições pré-escolares (creches, escolas maternas, jardins de infância) no Brasil. Para melhor compreender essa diversidade, é preciso discorrer sobre a presença das instituições assistencialistas, os interesses empresariais e jurídicos destinados à infância, as ações médico/higienista, além das propostas pedagógicas e religiosas que estiveram presentes na construção das instituições infantis.

O primeiro olhar estabelecido pela sociedade para as instituições de assistência à infância esteve carregado de preconceitos porquanto elas eram apenas lugares de crianças pobres e carentes, marcados pelo cuidado com o corpo, a saúde e a alimentação. De acordo com Kuhlmann Jr. (1998), apesar de haver esse sentimento em relação às crianças pobres,

[...] a creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. (Kuhlmann Jr., 1998, p. 78).

No início do século XX, as creches possuíam um caráter assistencialistas-protetoral, como define Oliveira (2007, p. 47): “A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças”. Essa apreensão com o cuidado do corpo se perpetuou por décadas nas instituições de educação infantil.

Entre as décadas de 1940 e 1960, dois órgãos governamentais estavam à frente de ações para o cuidado das crianças no país: o Departamento Nacional da Criança (DNCr), criado em 1940, desempenhou um papel central na assistência à mãe e à criança no Brasil por 30 anos. Vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, o DNCr centralizou as políticas públicas nessa área, atuando como órgão coordenador e repassador de recursos para instituições de caráter filantrópico, laico ou religioso. A Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada em 1942, complementou essas ações, oferecendo assistência social e médica a famílias carentes (Vieira, 1988).

No Brasil, os avanços na educação infantil se deram em um lento processo a partir da década de 1970. O atendimento esteve, de certa forma, dividido em propostas assistenciais para crianças pequenas menores de três anos, especialmente bebês, e propostas pedagógicas para

crianças de cinco a seis anos. Este cenário transformou-se com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), inscrita na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996) que colocou as instituições destinadas ao atendimento das crianças de zero a seis anos como primeira etapa da educação básica brasileira. Para Kuhlmann Jr. (2000),

[...] é durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade e para a educação brasileira, que se inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996. A legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica. (Kuhlmann Jr., 2000, p. 6).

A referida Lei (LDB/1996) decorreu da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e reconheceu o direito à educação das crianças de zero a seis anos de idade. Permitiu a ampliação, a estruturação e a valorização das instituições de educação infantil por todo o País, possibilitando às crianças menores se integrarem nos sistemas de ensino da educação básica. Tal Lei foi fundamental, apesar de tardia, pois regulamentou e tornou possível a ampliação do atendimento que vinha sendo feito em instituições de caráter assistencial, a exemplo do Lar Santa Rita de Cássia, objeto da investigação apresentada neste artigo.

O Lar Santa Rita de Cássia foi a primeira instituição douradense de assistência, fundada no ano de 1965, e tem atuado no atendimento e assistência à infância em situação de abandono e vulnerabilidade até o presente momento. A Instituição tem em sua história o registro de mudança de atendimento assistencial para o atendimento educativo, que se deu no ano de 2003, regulado pela legislação nacional outorgada em 1996, quando a sua direção fez uma parceria com a Prefeitura Municipal de Dourados, tendo instituído o Centro de Educação Infantil (CEI) Santa Rita, para atender tanto às crianças abrigadas quanto à comunidade externa.

Instigadas por compreender como se deu este processo, chegamos, então, à pergunta que norteou a pesquisa: como ocorreu a transição do atendimento antes exclusivamente assistencialista para o educacional no Lar Santa Rita?

Para responder a tal indagação, demos início a uma pesquisa que teve como objetivo geral investigar a criação do Centro de Educação Infantil dentro das dependências do Lar, o CEI Santa Rita e a sua relação com a educação de crianças no município de Dourados-MS.

Organizamos os resultados da pesquisa em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. A primeira seção contextualiza o tema, o objeto de pesquisa e sua questão norteadora; a segunda seção apresenta o processo de investigação construído, desde o levantamento bibliográfico até a catalogação dos documentos para a pesquisa de campo; e a terceira seção explicita as análises dos dados levantados e os resultados.

Metodologia

A pesquisa realizada pautou-se na abordagem qualitativa de caráter exploratório que utilizou da pesquisa documental como procedimento metodológico.

Optamos por uma abordagem qualitativa de caráter exploratório em nosso projeto de pesquisa após perceber que não havia estudos anteriores que mencionassem o CEI – Santa Rita. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória visa fornecer uma visão geral aproximada de um determinado fato e é especialmente útil quando o tópico escolhido não é bem explorado. A partir dessa abordagem, investigamos o processo de criação do CEI Santa Rita e suas nuances que ainda são pouco conhecidas e pertinentes para compreender o processo de transição do atendimento exclusivamente assistencialista para o educacional.

Optamos por trabalhar com a pesquisa documental no processo investigativo, sobretudo por tratar-se de uma investigação histórica. Rodríguez (2010, p. 37) salienta que a pesquisa histórica se desenvolve nos arquivos e centros de documentação, de modo que manusear as fontes documentais é necessário para interpretar, criticar e construir conhecimento histórico. A utilização de fontes documentais ao empreendimento de pesquisas científicas históricas possibilita compreender o objeto a partir de uma dimensão histórico-social-cultural. Conforme Gil (2002, p. 46), “os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”.

Para darmos início às investigações, realizamos um levantamento e seleção de trabalhos relacionados à temática História de Instituições Educativas, a fim de conhecer como ela vem sendo abordada e como se dá a execução de pesquisas a ela atinentes, principalmente na região do estado de Mato Grosso do Sul. Os trabalhos selecionados neste processo foram: Rodríguez (2010); Buffa e Nosella (2013); Kuhlmann Jr. (1998, 2000); Kusminski, Faria e Sarat (2020); Magalhães (2004); Montiel e Sarat (2020); Paulilo (2019) e Vargas (2022).

No artigo “A cultura material da escola: apontamentos a partir da história da educação”, André Luiz Paulilo (2019) aborda pesquisas referentes à cultura material escolar sob quatro aspectos: 1) a arquitetura escolar; 2) os arquivos e bibliotecas escolares; 3) os materiais audiovisuais; 4) e a mudança da sensibilidade historiográfica dos estudos sobre a história da educação brasileira. Ao tratar sobre a pesquisa em arquivos e bibliotecas escolares, o autor salienta como tais acervos se apresentam com relevantes aspectos da materialidade da cultura escolar, e reflete acerca de sua conservação como parte do desafio da pesquisa histórica.

No capítulo intitulado “Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais”, Margarita Victoria Rodríguez (2010) reflete sobre os desafios da pesquisa em história e a formação de professores, os quais ainda lidam com dificuldades para introduzir os estudos de fontes históricas como conteúdo para o ensino. A partir do texto de Rodríguez (2010), percebemos os espaços onde se desenvolve o fazer dos pesquisadores em história, os arquivos e centros de documentação nos quais pesquisadores recorrem às suas fontes. A autora salienta que o historiador está em constante busca por diversos tipos de registros, e cabe a ele interpretar com prudência e reflexão seus processos de crítica aos seus documentos (Rodríguez, 2010).

No artigo “A escola como instituição civilizadora: história e memória do grupo escolar (1970 – 1974)”, Kusminski, Faria e Sarat (2019) apresentam a história da infância e da escolarização de crianças de um grupo escolar localizado no distrito de Vila Vargas, município de Dourados/MT, em funcionamento de 1970 a 1974. As pesquisadoras levantaram fontes documentais e orais e analisaram atas de reuniões pedagógicas para explicitar dados sobre o cotidiano escolar, “[...] visto que essas relatam discussões voltadas à organização docente e administrativa, bem como, planejamento pedagógico do grupo, ações que refletem diretamente sobre a criança” (Kusminski; Faria; Sarat, 2020, p. 409). Esse trabalho nos ajudou no processo de catalogação e análise das atas coletadas durante a pesquisa.

O último trabalho trata-se da única pesquisa produzida até então diretamente relacionado com o objeto desta pesquisa: o Lar Santa Rita de Cássia. Trata-se da dissertação de mestrado intitulada “História do Lar Santa Rita e a Assistência a Infância em Dourados - MT/MS (1965-1982)”, na qual a autora, Priscila Demeneghi da Silva Vargas, apresenta a história e trajetória da Instituição desde sua fundação, em 1965, até o ano de 1982.

O trabalho também explicita a trajetória do atendimento à infância em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o contexto histórico da assistência e educação na região de Dourados-

MT/MS (Vargas, 2022). A investigação constituiu uma base importante para compreendermos uma parte da história do Lar e, posteriormente, os desdobramentos da transição do atendimento antes exclusivamente assistencialista para o educacional na referida instituição.

Na sequência dos procedimentos da pesquisa, efetuamos a pesquisa de campo. Contatamos e agendamos visitas à Instituição anexa ao Lar, o CEI Santa Rita. Todo o processo da pesquisa empírica foi registrado em caderno de campo, como material para posterior análise. O primeiro contato com os gestores foi feito via WhatsApp, meio utilizado para agendar as visitas, que totalizaram sete.

Durante as visitas, realizamos as seguintes atividades: apresentação do plano de pesquisa; exploração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEI; assinatura dos termos referentes ao aceite de participação na pesquisa e às autorizações para manuseio e uso dos arquivos; e exploração dos documentos, entre eles, dois livros contendo as atas de reuniões da diretoria. A pesquisa foi desenvolvida somente com os documentos disponibilizados pela Instituição. Após obter acesso ao material, o catalogamos, conforme exposto no Quadro 1.

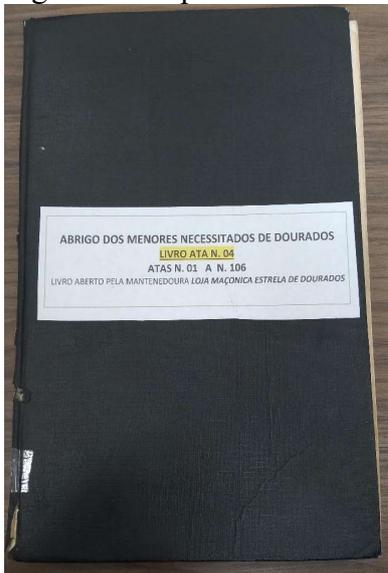
Quadro 1 – Descrição das fontes levantadas.

Nome do documento	Data	Conteúdo
Livro Ata nº 04	05/04/1984 a 31/01/2001	Atas de 01 a 106; descrições de decisões internas pertinentes à gestão da Instituição.
Livro Ata s/n	04/09/2003 a 17/01/2013	Atas de 195 a 380; descrições de decisões internas pertinentes à gestão da Instituição; promoções e festividades; eleições e posse de diretoria.
Cópia do Cadastro Nacional Jurídico do Lar de Crianças Santa Rita	-	Registro e descrição das atividades econômicas da Instituição.
Layout do logo CEI Lar Santa Rita	-	Projeto de identidade visual da Instituição
Layout Uniforme do CEI Santa Rita	-	Projeto do primeiro uniforme que seria utilizado pelas crianças do CEI Santa Rita.
Matéria do jornal: O Progresso	30/10/2003	Título: “Lar Santa Rita inaugura creche para 50”
Matéria do jornal: Semanário da Administração Popular	6 a 12/11/2003	Título: “Prefeitura constrói mais quatro creches na cidade”
Matéria do jornal: AgCom	08/10/2003	Título: “Prefeitura faz convênio com o Lar Santa Rita”
Projeto Político Pedagógico (PPP)	2020-2021-2022-2023-2024	Aspectos históricos da Instituição; proposta educacional do CEI Lar Santa Rita.
Regimento Escolar	19/06/2023	Regimento interno da Instituição de educação, normatiza o Projeto Político Pedagógico.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

A seguir, apresentamos os documentos descritos no quadro e selecionados para análise.

Figura 1 – Capa do Livro Ata nº 04



Fonte: Arquivo Institucional do Lar Santa Rita.

O primeiro Livro Ata possui capa preta e informações sobre seu conteúdo anexadas à capa. Nele estão presentes as atas de número 01 a 106. Há uma marcação amarela sobre “LIVRO ATA N. 04”. A capa do livro está danificada na lateral inferior esquerda. Quando o livro é aberto, a capa quase se solta das folhas. As folhas do livro são pautadas e numeradas. As atas estão escritas à mão, com caneta de tinta na cor preta, exceto as atas 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96 e 97, que estão escritas na cor azul. Ao final do Livro, há uma folha anexada à capa com a informação contendo o escrito: “FALTA LIVRO ATA DE: 01/02/2001 a 30/08/2003. E ATAS DO N° 107 A 194. Secretária da diretoria do período: Marineide Velasques.”.

Figura 2 – Capa e lateral do segundo Livro Ata s/n.



Fonte: Arquivo institucional do Lar Santa Rita.

O segundo Livro Ata fornecido também possui capa na cor preta, com informações anexadas em sua lateral. Há uma marcação em amarelo sobre “LAR DE CRIANÇAS SANTA RITA”. Nela consta as atas de número 195 a 380, correspondentes ao período de 04 de setembro de 2003 a 17 de janeiro de 2013. As atas estão digitalizadas e dentro de folhas plásticas da própria pasta, sendo estas numeradas. Há uma folha anexa à guarda da capa contendo o escrito: “FALTA LIVRO ATA DE: 01/02/2001 a 30/08/2003. E ATAS DO N° 107 A 194”.

Figura 3 – Pasta “Fundação CEI”



Fonte: Arquivo institucional do Lar Santa Rita.

A pasta é de papel na cor marrom, e em seu exterior há uma etiqueta amarela grampeada com os dizeres “Fundação CEI”. Ela abriga a Ata n° 202, do dia 23 de outubro de 2003, com pautas sobre a inauguração da Instituição de educação infantil. Em seu interior constam algumas matérias de jornais da época (Figuras 5, 6 e 7) que registram a parceria entre a Prefeitura Municipal de Dourados e o Lar Santa Rita de Cássia, assim como guarda o layout da logo e o primeiro uniforme utilizado pelas crianças que frequentaram a Instituição no início de suas atividades (Figura 4).

Figura 4 – Layout do Uniforme do CEI Lar Santa Rita.



Fonte: Arquivo institucional do Lar Santa Rita.

A folha com o layout do uniforme demonstra o projeto dessa vestimenta para as crianças do CEI: 1) frente e costas de uma regata branca com o logo da Instituição à frente, vieses vermelho e amarelo, como também gola vermelha e amarela; 2) short-saia vermelho com os dizeres “CEI Lar Santa Rita”; 3) short vermelho com os dizeres “CEI Lar Santa Rita”. A folha entregue também apresenta duas anotações em lápis: “20,00 conjunto” com dois traçados de lápis em baixo (provavelmente uma marcação referindo ao valor do conjunto); seta embaixo do desenho do short direciona para “short meninos + comprido” e em caneta vermelha aumenta o tamanho do short que representa o modelo masculino para que fique maior.



Figura 5 – “Lar Santa Rita Inaugura Creche para 50”



Fonte: Arquivo institucional do Lar Santa Rita.

Na Figura 5 consta a matéria do jornal O Progresso intitulada “Lar Santa Rita Inaugura Creche para 50”, que foi apresentada recortada e colada em uma folha sulfite. O papel apresentava marcas amareladas, mas ainda assim foi possível realizar a leitura. Foi disponibilizada uma cópia dessa matéria, porém, estava ilegível. A referida matéria, veiculada em 30 de outubro de 2003, traz em seu conteúdo uma foto da solenidade de inauguração do CEI, que atenderia, inicialmente, 50 crianças. O convênio entre a Prefeitura e o Lar Santa Rita representava a segunda parceria do poder executivo municipal com a instituição particular e filantrópica para o atendimento educacional de crianças em condições de vulnerabilidade social, o que destaca também o déficit do atendimento existente na época.

Figura 6 – Jornal Semanário da Administração Popular



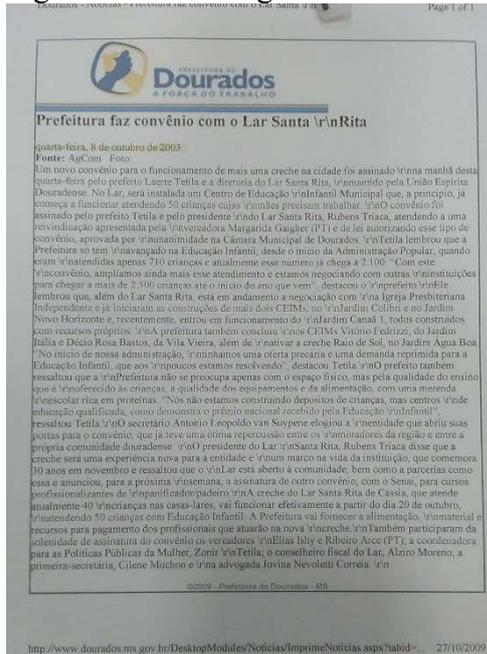
Fonte: Arquivo institucional do Lar Santa Rita.

Em outro periódico da administração municipal foi noticiada a construção de creches. Em bom estado de conservação, a impressão colorida desse material inclui a mesma foto veiculada no jornal O Progresso, mas nele é possível ver em cores o dia da inauguração da Instituição de educação infantil. O jornal Semanário da Administração Popular foi um jornal do editorial da Prefeitura de Dourados, a Agência de Comunicação Popular, cujo período de veiculação foi entre 2003 e 2004, segundo o Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, atualizado em maio de 2023. A matéria intitulada “Prefeitura constrói mais quatro creches na cidade” foi veiculada no período de 6 a 12 de novembro de 2003 (Semanário..., 2003). No material localizado, havia algumas anotações em lápis ao lado da foto, indicando as pessoas presentes na imagem.

A matéria destaca que a Prefeitura de Dourados construiu com recursos próprios quatro novos Centros de Educação Municipal (CEIMs). Evidencia também o lugar da Instituição na colaboração financeira da renda familiar à medida que tranquilizava as mães trabalhadoras e as permitia se inserirem no mercado de trabalho. A matéria faz menção à LDB, à mudança no atendimento às crianças de zero a cinco anos e à nomenclatura dos CEIMs. Ressalta o funcionamento de 17 unidades de atendimento educacional e mais duas conveniadas à

Prefeitura por meio de parceria, e um total de 2306 crianças atendidas pela gestão municipal. O texto da matéria ainda apresenta a parceria com o Seminário Batista Anna Wollerman e o Lar Santa Rita para a criação de mais duas unidades, sendo uma delas o CEI Santa Rita.

Figura 7 – Jornal Ag.Com



Fonte: Arquivo institucional do Lar Santa Rita.

A matéria com o título “Prefeitura faz convênio com o Lar Santa Rita”, de 8 de outubro de 2003, da Agência de Comunicação Popular, foi apresentada originalmente em folha solta junto a uma cópia. A impressão é colorida e está em boas condições. O texto apresenta alguns erros de digitação, porém, é possível realizar a leitura. Seu conteúdo aponta os que estiveram presentes na solenidade de assinatura do convênio: o Presidente do Lar, o Prefeito Laerte Tetila; os vereadores Elias Ishy e Ribeiro Arce (PT); a coordenadora de Políticas Públicas da Mulher, Zonir Tetila; o conselheiro fiscal do Lar, Alziro Moreno; a primeira secretária, Cilene Muchon; e a advogada Jovina Nevoletti Correia.

Conforme o texto, a gestão municipal enfrentava dificuldades quanto à educação infantil, mas aos poucos isso vinha sendo resolvido. Inicialmente, foram atendidas 710 crianças, chegando a 2100 delas. Também apresenta a parceria entre Prefeitura e Lar, que começou atendendo 50 crianças, cujas mães precisavam trabalhar. Além desse vínculo, a Prefeitura estava em negociação com a Igreja Presbiteriana Independente e já havia iniciado a construção

de mais dois CEIMs. No decorrer da matéria, destaca-se a fala do prefeito sobre não estar sendo construído “depósitos de crianças, mas centros de educação qualificada, como demonstra o prêmio recebido pela Educação Infantil”. A matéria ainda informa a conclusão e a reativação de mais CEIMs, como o Vittorio Fedrizzi, o Décio Rosa Bastos, e a creche Raio de Sol.

Analisamos ainda o PPP do CEI Santa Rita, correspondente aos anos de 2020 a 2024. Em aspectos gerais, o documento apresenta a identificação da instituição educativa, sua nomenclatura, endereço, CNPJ e o público alvo da instituição, a saber, crianças de um a cinco anos e onze meses de idade.

Análise dos dados e resultados

Após o processo de exploração e catalogação dos documentos, foi possível iniciar a análise de seu conteúdo, o que nos permitiu construir o diálogo com as fontes e responder sobre as origens e o processo de criação do CEI Santa Rita, e então compreender como se deu a transição do atendimento antes exclusivamente assistencialista para o educacional. Deste modo, os Livros Atas foram importantes e permitiram analisar um volume expressivo de informações.

Antes, é pertinente contextualizar o lócus da pesquisa para situar o/a leitor/a quanto à realidade pesquisada. Dourados é um dos centros econômicos e de serviços públicos de Mato Grosso do Sul. Sua economia está baseada na agropecuária, indústria, comércio e serviços (IBGE, 2023). No município há uma das maiores reservas indígenas do País, com população indígena contabilizada, atualmente, em 15.023 pessoas, segundo a base de dados Terras Indígenas no Brasil (2023), sendo suas reservas habitadas por indígenas das etnias Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena. A priori, Dourados foi elevado a distrito, subordinado ao município de Ponta Porã, por meio da Lei nº 658, de 15 de junho de 1914. Posteriormente, a partir do Decreto nº 30 de 20 de dezembro de 1935, tornou-se oficialmente município.

De acordo com Vargas (2022), na década de 1950, a população rural era majoritária no município, pois a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) tinha como objetivo o desenvolvimento da agricultura na região, por meio do plantio e da ocupação de terras. Nessa década, foram fundadas duas instituições pioneiras: em 1954, a primeira instituição educacional católica, o Patronato de Menores, que, posteriormente, teve o seu nome alterado para Educandário Santo Antônio; e em 1955, o Instituto Educacional de Dourados, uma instituição de ensino de caráter confessional e católico.

No ano de 1965, foi fundado o Lar de Crianças Santa Rita de Cássia, a primeira instituição douradense de assistência, cuja emergência se deu a partir de uma iniciativa do juiz de direito da época, Rafael Arcaño de Arruda, com participação de filantropos, juristas e senhoras da elite, por meio de uma “[...] Assembleia Geral no dia 12 de novembro de 1965, no Fórum da Comarca de Dourados, objetivando a criação de uma instituição para abrigar os menores abandonados” (Vargas, 2022, p. 61).

Dentre as atividades cotidianas do Lar, Vargas (2022) menciona as aulas de religião aos sábados, aulas de judô, celebrações e uso de uniformes. Durante a análise das atas, identificamos outras atividades descritas, como atendimento com recreadoras e professoras, promoções, festas juninas, festas das crianças e aulas de reforço escolar.

As atas analisadas, correspondentes aos anos de 1995 a 2004, nos permitem afirmar que o Lar realizava, com frequência, festividades e promoções para obter arrecadações e manter suas atividades. Uma delas que deixa isso explícito é a **Ata nº 75**, de 13 de setembro de 1997, na qual está descrita uma reunião entre os membros da Diretoria do Lar, membros da mantenedora Loja Maçônica de Dourados e membros da Fraternidade Cruzeiro do Sul. Dentre as pautas, são mencionadas as decisões sobre a situação financeira da Instituição: corte de despesas, metas e objetivos para superar uma crise. Após a descrição da troca de horas extras dos funcionários por regime de compensação de horas e soma total de gastos, foi estabelecido um teto de gastos:

Os gastos com funcionários e demais despesas não poderá ultrapassar o gasto acima de R\$7.200.00 e que a partir deste mês o Lar teria que encaixar seus gastos neste orçamento, é o que ficou decidido pela maioria pois se manter este gasto há viabilidade do Lar sobreviver à crise. Ficou decidido ainda que a mantenedora fará duas promoções no primeiro semestre de cada ano e duas no segundo semestre, e a festa junina em maio de cada ano. (Ata nº 75, de 13 de setembro de 1997).

Dentre as pautas desta reunião estava a “transformação em creche diurna”, assunto que está brevemente descrito ao final da Ata: “Quanto a transformação em creche diurna ficou para um posterior estudo e pesquisa e caso não dê certo a medida tomada e acima relacionada” (Ata nº 75, de 13 de setembro de 1997, sic).

A palavra ‘creche’ foi mencionada na **Ata nº 78**, de 25 de outubro de 1997, mas desta vez se referia a um regime de atendimento de crianças não órfãs que retornavam às suas famílias

aos finais de semana:

[...] com o objetivo de serem apresentadas propostas para solucionar as constantes recidivas dos problemas de saúde das crianças que vão para casa nos finais de semana e que ao retornar ao Lar na segunda-feira têm apresentado constantes diarreias e agravamento na saúde devido à falta de cuidado de seus responsáveis. Foram apresentadas as seguintes propostas: terminar com o regime de **creche** e atender crianças que não possuam pais ou responsáveis. (Ata nº 78, de 25 de outubro de 1997, grifo nosso).

Algumas Atas apresentam indícios de ações pedagógicas no Lar na década de 1990. A **Ata nº 77**, de 03 de outubro de 1997, apresenta informações sobre a busca por compreender como as recreadoras- professoras trabalham com as crianças para a elaboração de um plano de ação. O documento menciona: “A Maria³ ficou de conversar com a Tereza para obter maiores informações sobre a maneira como as crianças são atendidas pelas recreadoras-professoras, para elaborar um plano de ação” (Ata nº 77, de 03 de outubro de 1997).

Na **Ata nº 93**, de 11 de abril de 1999, há uma declaração pessoal sobre o trabalho exercido pela União Espírita de Dourados (UESD) nos cinco meses à frente da gestão: “A pedagoga Ana está trabalhando muitíssimo bem e transformando a conduta das crianças. Já existe um trabalho pedagógico sendo desenvolvido com as crianças abrigadas na instituição, mesmo antes da criação de uma instituição de educação infantil e esse trabalho tem transformado a conduta das crianças”.

Observamos ainda duas atas que mencionam a existência de trabalho pedagógico sendo desenvolvido no Lar Santa Rita, anteriormente à implantação do CEI: a **Ata nº 99**, de 2 de janeiro de 2000, segundo a qual as crianças da entidade estudariam na parte da manhã para ter reforço com as professoras da entidade, e a **Ata nº 101**, de 25 de maio de 2000, na qual consta a única menção sobre o que as/os professoras/os do Lar – na época, Abrigo de Menores – estavam trabalhando com as crianças. A citação abarca três aspectos: 1) socialização entre as crianças; 2) socialização entre as crianças e os adultos; 3) relação das crianças com suas coisas.

Em setembro de 1998, a Loja Maçônica Estrela de Dourados, então mantenedora do Lar, anunciou que estava próxima de deixar de apoiar a Entidade. A **Ata nº 87**, datada de 30 de

³ Todos os nomes de pessoas não públicas constantes nos documentos analisados foram substituídos por nomes fictícios.

setembro de 1998, apresenta o edital de convocação para a Assembleia, publicado no jornal Diário do Povo em 22 de setembro de 1998. Apresenta também o registro da eleição e posse do mandato provisório de uma diretoria para o período entre 01 de outubro de 1998 e 15 de dezembro de 1998. Por fim, consta a informação de que, a partir de 15 de dezembro de 1998, a Loja Maçônica Estrela de Dourados deixaria de atender a Instituição, e caso outra mantenedora não se disponibilizasse, iniciaria, então, o processo de dissolução do Lar Santa Rita de Cássia.

Não foi o que ocorreu, pois em 04 de novembro de 1998, a UESD assumiu a gestão. A **Ata nº 88**, deste dia, trata da eleição e posse da nova diretoria e da sequência das atividades na Instituição. No ano de 2003, UESD completou cinco anos à frente da gestão do Lar Santa Rita de Cássia. Nessa mesma época, a Secretaria Municipal de Educação, que vinha cedendo duas professoras para atender crianças de três a cinco anos, suspendeu a parceria. Em reunião, dialogou-se sobre um convênio com a Prefeitura e foi então criado um CEI vinculado ao Lar:

Foi então celebrado uma parceria onde realizaram o convênio nº 048/03 entre o Município de Dourados e o Lar de Crianças Santa Rita para o atendimento de crianças na faixa etária de três a cinco anos. Fundamentado a partir das disposições legais dos Art. 208, IV e §§ 1º e 2º, c/c o Art. 211, § 2º da Constituição Federal, Art. 54, IV da lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) Art. 4º e 5º caput 11, v, 30, I e II e 77, inciso da Lei nº 9.394 de 20 dezembro de 1996. (LDB); Art. 12 e 225 da Lei Orgânica do Município de Dourados; Art. 20, incisos I e II e 43 a 45 da Lei Complementar nº 063, de 02 de maio de 2003. (Dourados/PPP CEI Lar Santa Rita, 2022, p. 10).

Ainda de acordo com o histórico do PPP da Instituição, sua inauguração ocorreu em 29 de outubro de 2003, contando com a presença do então prefeito José Laerte Tetila, do Conselho Tutelar e do presidente da União Regional Espírita (URE). O CEI Lar Santa Rita foi criado somente a partir de uma parceria firmada entre a instituição de assistência Lar Santa Rita e a Secretaria Municipal de Educação de Dourados.

A primeira Ata a mencionar sobre a criação de uma instituição de educação vinculada ao Lar Santa Rita é a **Ata nº 200**, de 10 de outubro de 2003, na qual se expõe a assinatura do convênio para o funcionamento da creche ocorrida em 08 de outubro de 2003. Nesse momento, o Lar Santa Rita tomava decisões sobre a Festa da Criança que receberia do vereador Eduardo Marcondes uma “Moção de Congratulações”.

Em 08 de outubro de 2003, veiculou-se uma matéria no site Dourados News, que

abordou algumas informações sobre o convênio da Prefeitura Municipal com o Lar Santa Rita, que foi assinado pelo prefeito Laerte Tetila e pelo presidente da Instituição. A matéria informou que tal feito teve por motivação a reivindicação da vereadora Margarida Gaigher (PT), apresentada à Câmara Municipal de Dourados. Além disso, afirmou que a Instituição iniciaria suas atividades atendendo 50 crianças, tendo os recursos necessários arcados pela Prefeitura.

A **Ata nº 201**, de 16 de outubro de 2003, explicita a escolha do nome da Instituição, CEI Lar Santa Rita, cujas atividades se iniciaram em 21 outubro de 2003. Essa Ata determina uma solenidade de inauguração para o dia 29 de outubro de 2003. Nela também consta a avaliação da Festa da Criança e a menção da Rifa de uma tela, que nos exhibe também a forma de sobrevivência institucional, através das arrecadações, promoções e festas comunitárias.

As Atas posteriores que nos ajudam a compreender a criação dessa Instituição de Educação Infantil datam até o início do ano de 2004. A **Ata nº 202**, 23 de outubro de 2003, apresenta a discussão sobre a inauguração do CEI e também indica sobre o encaminhamento dos convites para esse evento.

Em 30 de outubro de 2003, na **Ata nº 203**, elaborou-se um parecer sobre a inauguração da Instituição, positivando-a, e que logo se iniciariam reformas no banheiro. O Lar Santa Rita completaria 38 anos em 12 de novembro de 2003, de modo que a **Ata nº 205**, de 13 de novembro de 2003, registrou o aniversário da Entidade, também divulgado na Tribuna da Câmara de Dourados, ocasião na qual foi distribuído aos vereadores um histórico da Instituição para que pudessem conhecer o trabalho que fora desenvolvido. Tal documento foi anexado à **Ata nº 205**, e nele apresentou-se a história do Lar Santa Rita desde sua fundação, em 12 de novembro de 1965. No histórico estavam destacadas diversas ações desenvolvidas pela gestão, como:

- Em outubro de 2001, o nome da Entidade foi alterado em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Não seria utilizado o termo “menores” e a Instituição mudou seu nome de Abrigo de Menores Necessitados de Dourados para Lar de Crianças Santa Rita.
- Convênio com a Secretaria Municipal de Educação para criação do Centro de Educação Infantil, inaugurado em 29 de outubro de 2003, para atendimento de 50 crianças de zero a três anos e com ampliação prevista para o ano seguinte.
- A gestão da UESD promoveu para o Lar Santa Rita e para os trabalhos já desenvolvidos

na Entidade, uma instituição educativa que contém, como descrito no histórico: escola familiar, escola de educação infantil, escola educacional, escola religiosa e escola profissionalizante.

No dia 20 de novembro de 2003, a **Ata nº 206** relatou a assinatura do convênio com a Prefeitura Municipal e a liberação da verba para a reforma do banheiro do CEI, com prazo de execução de 15 de novembro de 2003 a 15 de março de 2004.

A **Ata nº 207**, de 27 de novembro de 2003, registrou que os membros da Diretoria estavam realizando estudos sobre o ECA e receberam a visita da promotora da Infância e Juventude da Comarca de Dourados-MS em 25 de novembro de 2003, a qual deu parecer favorável às condições da Entidade.

A **Ata nº 213**, de 29 de fevereiro de 2004, registrou a renovação do convênio para mantimento do CEI, entre Lar Santa Rita e Prefeitura de Dourados, e mencionou a assinatura de um Termo Aditivo. Também informou sobre a escolha do logotipo do CEI para utilização nos uniformes a serem confeccionados posteriormente, o qual foi definido por meio de votação.

Considerações finais

Em conformidade com os objetivos da pesquisa, primeiramente, levantamos as fontes e produções a respeito da criação do CEI Santa Rita. A análise das fontes nos auxiliou a recuperar parte do processo de fundação da Instituição e seu posterior funcionamento.

Em um segundo momento, buscamos compreender a transição do atendimento antes exclusivamente assistencialista do Lar, para o caráter educacional com a criação do CEI Santa Rita.

O Lar Santa Rita oferecia, inicialmente, atendimento educacional às crianças abrigadas por meio do trabalho voluntário de professores/as, e, por conseguinte, por meio de uma parceria com a Secretaria de Educação de Dourados, que cedia duas professoras para atendimento a crianças com faixa etária de 3 a 5 anos. O rompimento dessa parceria informal ocasionou uma relação formalizada entre ambas instituições, dando origem ao CEI Santa Rita. O nome inicialmente escolhido foi CEI Lar Santa Rita. Posteriormente, adotou-se a nomenclatura CEI Santa Rita, como consta no PPP (2020-2024) da Instituição.

A criação do CEI Santa Rita foi possível por meio da aplicação da LDB (Brasil, 1996). Como explícito na matéria do Jornal Semanário da Administração Popular (2003, s.p.): “Desde

a implantação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), as creches deixaram de ser apenas um local de abrigo e assistência às crianças de 0 a 5 anos. Elas passaram a ter a obrigação de oferecer o ensino-aprendizagem e por isso passaram a ser denominadas CEIMs.” A Constituição de 1988 (Brasil, 1988) incluiu a educação infantil como primeira etapa da educação básica e a LDB possibilitou a estruturação para a educação da criança de zero a cinco anos, incluindo a obrigatoriedade de formação dos professores atuantes com essa faixa-etária.

Em suma, a transformação do Lar Santa Rita em CEI Santa Rita representa uma mudança paradigmática de uma abordagem predominantemente assistencialista para um modelo educacional estruturado, impulsionado pela implementação da LDB de 1996. Esse processo não apenas formalizou o direito à educação infantil como parte integrante da educação básica, mas também redefiniu o papel da instituição, que passou a atender não somente crianças abrigadas, mas também aquelas da comunidade externa.

As mudanças mais significativas podem ser observadas na ampliação do público-alvo, na inserção de práticas pedagógicas planejadas e na parceria com a Prefeitura Municipal de Dourados, que viabilizou recursos e apoio técnico. Não foi possível identificar mudanças nas práticas pedagógicas neste trabalho, uma vez que não tivemos acesso a materiais que contemplassem esse objetivo. Esse aspecto, portanto, revela-se pertinente para investigações futuras, incluindo o uso do método de história oral como abordagem potencial.

O CEI Santa Rita ainda está localizado no município de Dourados e atende mais de 220 crianças, entre as crianças abrigadas e o público externo.

Diante de todo o explícito, observamos, na prática empírica da pesquisa, a ligação entre educação e assistencialismo, que ainda perdura, mas tem apresentado inúmeros avanços.

Por fim, o relato do processo de pesquisa contribui para o registro da história da educação do município de Dourados e do estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo da história da educação infantil, da infância e da criança, pois investigar a história de instituições assistencialistas e educativas é também compreender a história da infância, da criança e as concepções pedagógicas perpetuadas durante os séculos na História Mundial e Brasileira.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Acesso em: 6 jun. 2024.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. 2.ed. Campinas: Alínea, 2013.

DOURADOS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CENTRO DE EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico CEI – Santa Rita**. Dourados: SEMED, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História**. Dourados-MS. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/historico>. Acesso: 15 out. 2023.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/ago., 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

KUSMINSKI, V., FARIA, H. A.; SARAT, M. A escola como instituição civilizadora: história e memória do grupo escolar (1970 – 1974). **Revista eletrônica Documento Monumento UFMT**, Cuiabá, v. 28, n. 1, 2020.

MAGALHÃES, J. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MONTIEL, L. W. T.; SARAT, M. A educação infantil da assistência social para a educação: uma experiência no interior do Brasil (Naviraí, 1974-2005). **Anuario Sociedad Argentina de Historia de la Educacion**, Buenos Aires, v. 21, p. 125-145, 2020. Disponível em: <https://www.saiehe.org.ar/anuario/revista/article/view/58>. Acesso em: 6 ago. 2024.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULILO, A. L. A Cultura Material da Escola: Apontamentos a Partir da História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, p. 1-24, v. 19, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/46818>. Acesso em: 7 ago. 2024.

RODRÍGUEZ, M. V. Pesquisa Histórica: O Trabalho com Fontes Documentais. *In*: COSTA, Célio J., MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (org.). **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 35-48.

SEMANÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DOURADOS. Agência de Comunicação Popular. **Prefeitura constrói mais quatro creches na cidade**. Dourados. Ano 1, nº 38, 2003.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. **Reserva Indígena Dourados**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2023.

VARGAS, P. D. S. **História do Lar Santa Rita e a assistência à infância em Dourados-MT/MS (1965-1982)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

VIEIRA, L. M. F. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 67. p. 3-16, nov. 1988. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1215>. Acesso em: 6 ago. 2024.